



# **CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Belo Horizonte**

**2011**

**HELENICE MARTINS DE OLIVEIRA CALDEIRA**

**CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE UMA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Zeneide Gonçalves da Rocha Gil

**Belo Horizonte**

**2011**

HELENICE MARTINS DE OLIVEIRA CALDEIRA

**CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE UMA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Zeneide Gonçalves da Rocha Gil – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho ao meu filho, Pedro Lucas e ao meu esposo Luiz, que estão sempre presentes em todas as minhas realizações.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a minha mãe Nice e a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho. Ao Deus Jeová que constantemente fortaleceu-me dando-me ânimo, coragem e determinação para enfrentar os momentos alegres e difíceis com humildade, especialmente aos vivenciados quando na realização deste trabalho. As professoras Zeneide e Priscila Rezende pela dedicação, simplicidade e acima de tudo, pela atenção que me dedicaram para esse trabalho ser realizado.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho reflete sobre o papel do conselho escolar como instrumento de uma gestão democrática na escola pública, bem como a importância da escola estar munida de um Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar, uma vez que esses mecanismos mostram o conhecimento que a escola tem de si mesma, onde ela está e onde almeja chegar. São analisados de maneira mais específica os desafios da implantação e manutenção do conselho escolar, como forma de buscar uma nova identidade para a escola e melhorar os serviços prestados aos alunos, pais e comunidade escolar. Este trabalho tem como objetivo compreender melhor a importância do conselho escolar para a gestão democrática da escola e discutir aspectos relativos às funções e também às vantagens deste conselho a partir da visão de cada um dos autores pesquisados. São enfatizados dois aspectos importantes relacionados ao conselho, o primeiro deles refere-se à implantação do conselho escolar na Escola Municipal Lindaura Gil no Município de Almenara e o segundo refere-se ao funcionamento deste conselho dentro desta mesma instituição de ensino.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Gestão democrática; Conselho escolar.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	DESENVOLVIMENTO.....	09
2.1	Instrumentos de gestão democrática.....	09
2.2	Realidade do Conselho Escolar da Escola Municipal Lindaura Gil.....	14
3	CONCLUSÃO.....	16
4	REFERÊNCIAS.....	18
5	ANEXO 1 - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Lindaura Gil.....	19

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Conselho Escolar da E. M. Lindaura Gil em Almenara- MG, tendo em vista que há certa dificuldade, por parte das escolas em geral, de colocar em prática esse importante instrumento de uma gestão democrática. É importante lembrar que a Escola em análise foi o cenário de construção do Projeto Político-Pedagógico, que vem como anexo, na íntegra, ao final desta análise.

A Escola Municipal Lindaura Gil passa por um processo de autorização, conforme a Lei Municipal n. 1.154 de 13/08/2008, há quase dois anos, a mesma possui dupla identidade, a comunidade local a conhece como “Escola Lindaura Gil”, mas a documentação sai da escola com o nome antigo “Pré-Escolar Municipal Vila Serrana”. É atendida nesta escola uma clientela composta em sua maioria, por alunos de famílias carentes, onde algumas crianças são criadas por avós, as quais precisam ser compensadas pela escola nas questões nutricionais, culturais, cognitivas, dentre outras.

A realidade social dos alunos é complexa e cheia de desafios. Daí surgiu a necessidade de implantar o conselho escolar por vários motivos: o mais marcante é o de suprir a escola com recursos para a melhoria do ensino, uma luta de muitos anos. Outro desafio: a busca de melhoria e participação maior dos pais dos alunos.

Procuramos com este trabalho caracterizar a natureza do Conselho Escolar no âmbito da escola investigada. É um aspecto importante, porque diz respeito à forma como o conselho se organiza e às funções que ele exerce na busca de contribuir para a gestão democrática no âmbito da escola.

Apesar de previsto em lei, o Conselho Escolar ainda é novidade em alguns setores e a maioria das escolas ainda não implementou este importante instrumento de democratização do ensino. Por isso, é fundamental sabermos o que pensam os autores envolvidos diretamente com esse mecanismo de participação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender melhor a importância do conselho escolar para a gestão democrática da escola e discutir aspectos relativos às funções e também às vantagens do conselho escolar a partir da visão de cada um dos autores pesquisados. Pretende-se enfatizar dois aspectos importantes relacionados ao conselho. O Primeiro deles refere-se à implantação do conselho escolar na Escola Municipal Lindaura Gil no Município de Almenara, e o segundo refere-se ao funcionamento deste conselho dentro desta mesma instituição de ensino.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Instrumentos de gestão democrática**

O Projeto Político – Pedagógico (PPP) da escola deve refletir a dinâmica da instituição. Nele devem ser explicados os objetivos, anseios, desejos, ou seja, tudo aquilo que a escola pretende alcançar. Nesse sentido, o PPP constitui-se como caminho/busca de uma nova direção e de um novo sentido, mediatizado por forças internas e externas, visando atingir os objetivos esperados e englobando ações explícitas e intencionais para a compreensão da escola que temos e a construção da escola que queremos.

Dessa forma, o PPP deve nascer da avaliação e compreensão das ações do passado e das análises do presente, pressupondo perspectivas que podem ser de conservação ou transformação, congregando a articulação entre duas categorias: o político e o pedagógico (BRASIL, 2006, p. 77).

Partindo dessa visão política da gestão democrática as escolas redimensionam o seu PPP, revendo a formação cidadã e a qualidade do ensino, construindo assim um processo permanente de reflexão, discutindo a resolução dos problemas eventuais do cotidiano. Segundo Santos (2002, p. 41) os gestores escolares possuem várias e importantes funções dentro da escola.

Com isso quero dizer que não é possível uma gestão democrática sem a participação da comunidade escolar, para elaboração o Projeto Político-Pedagógico da escola, iniciamos com a discussão e definição das finalidades da educação e da escola, ponto de partida para que se decida e se elabore os meios pelos quais serão alcançados os objetivos preconizados pelo coletivo da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei nº9394/1996), em seu artigo 14, estabelece que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades e princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

Neste contexto foram criados vários mecanismos legais para a implementação do processo democrático de gestão com o Projeto Político- Pedagógico; Conselho Escolar; Conselho de Classe; Grêmio Estudantil; Associação de Pais e Mestres. Esta nova forma de

gerir a escola pública está prevista na Constituição Federal (1988), no seu artigo 206, inciso 6, que diz: “Gestão democrática do ensino Público deverá acontecer na forma da lei”, e na LDB (1996) no seu artigo 3º, inciso 8, que diz que a “gestão democrática do ensino público, acontecerá na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Mas a democratização da escola não se resume a “estar na escola”, representando apenas a extensão do atendimento escolar (aumento do número de vagas, por exemplo) ou mesmo a criação de condições materiais para a fixação de crianças e jovens dentro das instituições. Democratizar a escola implica manter estes alunos nas salas de aula com uma educação de qualidade e a democratização das decisões, com aprimoramento nas revelações internas e externas, na estrutura e no funcionamento da instituição escolar, que deve valorizar e estimular, em seu inteiro, a presença da comunidade. Para que a democratização da escola se torne uma oportunidade real de educação de qualidade a gestão escolar deve buscar transformações na escola, envolvendo a comunidade do entorno.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola”. (BRASIL, 2006, p. 4)

O Projeto Político Pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática envolvendo os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto político pedagógico, constitui-se um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa.

A gestão democrática é um dos princípios que norteiam o projeto político pedagógico, pois requer a participação de todos na sua construção e gestão, exigindo compreensão dos problemas que surgem no decorrer da prática pedagógica.

Um dos mais importantes mecanismos de gestão democrática criados foi o Conselho Escolar, pois ele é o instrumento que supõe o compartilhamento do poder, uma vez que ele é um órgão colegiado composto por representantes da comunidade escolar local que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras. É papel do conselho acompanhar o cotidiano da escola, dando ênfase na permanência e sucesso dos alunos, divulgar junto à comunidade e autoridades competentes a avaliação institucional da escola, convocar assembléia geral da comunidade escolar e das entidades da sociedade civil, acompanhar o desempenho dos recursos humanos, fiscalizar a aplicação dos recursos materiais e definir a capacitação necessária para os componentes do conselho.

A criação do conselho pode contribuir de várias formas para democratizar as relações no ambiente escolar, o que fica bem claro na fala de Navarro;

A LDB estabeleceu nas instituições públicas de educação básica os conselhos escolares, com representação da comunidade. Essa forma de participação reforça os interesses coletivos da ação pública e constitui mecanismo político de superação da centralidade do poder instituído nas escolas. A implementação dos conselhos escolares permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada. (BRASIL, 2004, p. 22).

Uma gestão democrática requer a participação da comunidade escolar nos processos que se evoluem em permanente formulação e em implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos da escola, quer seja a respeito dos aspectos pedagógicos, quer seja relativos à gestão administrativa dos recursos humanos e financeiros. Portanto, é necessário que a gestão escolar seja compartilhada, coletiva, participativa, democrática e que todos juntos - gestor, pais, comunidade, professores, alunos, funcionários - busquem caminhos, soluções para os entraves e consigam realizar o sonho coletivo: todos os alunos aprendendo.

A criação do conselho pode contribuir de várias formas para democratizar as relações no ambiente escolar, pois ele é o instrumento que supõe o compartilhamento do poder.

Implica, sobretudo, no repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização, que propicia a prática da participação coletiva, eliminando individualismo e buscando a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e ações administrativas pedagógicas ali desenvolvidas.

É preciso que a escola fique sempre a serviço da comunidade, assistindo aqueles que nela vivem. Todos têm que se envolver diretamente nas atividades, principalmente na construção do projeto político-pedagógico para garantir a efetividade da ação docente, não possibilitando apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos que ingressarem na escola.

Ao discutir a autonomia da escola, Veiga (1998) sugere quatro dimensões básicas para o bom funcionamento de uma instituição educativa.

Autonomia Administrativa: elaborar e gerir seus planos programas e projetos;  
Autonomia Jurídica: diz respeito à escola elaborar suas normas e orientações escolares em consonância com as legislações educacionais;  
Autonomia financeira: recursos financeiros capazes de dar à instituição educativa condições de financiamento efetivo;  
Autonomia Pedagógica: está ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, resultados e, portanto à essência do Projeto Político Pedagógico da escola. (VEIGA, 1998, p. 16 – 19)

Gerir e organizar a escola pública é um desafio para todos os coordenadores pedagógicos, professores e diretores, pois são esses os principais interlocutores sociais da organização escolar, responsáveis pela sensibilização ética dos educadores. Desta forma, comprometem-se com a gestão democrática, que é o processo político através do qual, as pessoas na escola, discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

O conselho escolar deve ser o espaço onde se discutem as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica da escola. Nesse sentido, o conselho escolar tem as seguintes funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. (BRASIL, 2004, p. 38-39)

O objetivo do conselho escolar é assegurar a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas. Ele atua de forma consultiva, deliberativa, normativa ou avaliativa, segundo a orientação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do MEC, de 2004. Entre as principais atribuições está coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento da instituição, garantir a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico e acompanhar a evolução dos indicadores educacionais da escola.

Nesta perspectiva, o conselho escolar se converte em foco de análise, enquanto canal de participação da comunidade na gestão da escola pública. As atribuições do conselho escolar dependem do regimento comum da rede de ensino e ou da unidade escolar.

A escola tem autonomia para elaborar seu próprio regimento interno do conselho escolar, algumas atribuições dos conselhos escolares são:

- Elaborar o Regimento Interno do conselho escolar;
- Coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar;
- Convocar assembleias-gerais da comunidade escolar ou seus segmentos;
- Garantir a participação da comunidade escolar local na definição do projeto político pedagógico da unidade escolar;
- Promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorize a cultura da comunidade local;
- Propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento

significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola;

- Propor e coordenar discussões juntas ao segmento e votar as alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente;
- Participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada a legislação vigente;
- Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (abandono escolar, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e ou medidas sócio-educativas, visando à melhoria da qualidade social da educação escolar;
- Elaborar o plano de formação continuada dos conselhos escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação;
- Aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da escola, sobre a programação e aplicação de recursos financeiros, promovendo alterações, se for o caso;
- Fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;
- Promover relações de cooperação e intercâmbio com outros conselhos escolares.

Suas atribuições dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições da comunidade (pais, responsáveis pelos alunos) e equipe escolar (conjunto de servidores docentes e pessoais de apoio técnico educacional).

O conselho escolar é composto por todos que estão inseridos na vida da escola, aqueles que trabalham, estudam, têm filhos na escola ou são integrantes de movimentos sociais organizados. O regimento interno da escola trata da organização do conselho, ele determina a forma como são eleitos os membros, as suas atribuições e a regularidade das reuniões.

O conselho escolar se situa no espaço da defesa dos interesses coletivos, enquanto reúne diferentes segmentos (diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade) para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da escola.

A construção de um Projeto Político-Pedagógico traz à tona questões ligadas à gestão escolar, englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Esse processo deve ser fruto de discussões e deliberações feitas por parte dos diferentes membros da

comunidade escolar. Portanto, para a consolidação de um projeto interdisciplinar e globalizado, a escola necessita desenvolver formas democráticas de organização, gestão e funcionamento da escola, dando atenção à melhoria dos processos formativos, à utilização transparente dos recursos e a melhoria das relações de trabalho em seu interior.

Desse modo, é necessário a implementação de ações colegiadas articuladas a situações onde o aprender a pensar não se dissocie do executar e, portanto, da efetivação de um projeto político-pedagógico consistente. (BRASIL, 2006, p. 78)

A democratização na escola só será real e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo interferindo como sujeito neste espaço.

A democracia não se constrói apenas com discurso, mas necessita de ações e práticas que a consolidam. E leva um tempo para aprender. E preciso criar espaços para a participação de todos na escola, para se aprender a exercitar a democracia.

O Projeto Político-Pedagógico orienta o processo de mudança, direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão política pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

A autonomia administrativa garante à escola a liberdade para elaborar e gerir os seus próprios planos, programas e projetos, considerando a sua realidade, o momento histórico, e principalmente, as suas necessidades.

A autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e instrumentar um programa político pedagógico que seja relevante à compreensão e a sociedade, a que serve. (NEVES, 1995, p. 113)

É importante constituir esses espaços de participação, onde o conselho escolar, e funcionários possam garantir a responsabilidade de todos com a proposta educacional da escola.

## **2.2 Realidade do Conselho Escolar da Escola Municipal Lindaura Gil**

A natureza do conselho escolar caracteriza-se no âmbito da escola investigada como um aspecto importante no que diz respeito à forma como o conselho se organiza e as funções que ele exerce na busca de contribuir para a gestão democrática da escola.

Com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade, surgiu a necessidade de buscar uma nova filosofia de escola onde a família e a sociedade pudessem caminhar juntas e auxiliassem nas tomadas de decisões, isto é, a escola precisava se democratizar.

As famílias são convidadas a participar em reuniões da escola e na atuação como estimuladores no que diz respeito ao crescimento e rendimento escolar. A partir de então, houve as reuniões, assembléias, onde criou-se o conselho da Escola Municipal Lindaura Gil. Houve a eleição dos membros e a aprovação do estatuto, o colegiado passa então a administrar as verbas vindas do governo e a se envolver nas questões pedagógicas. Daí, a grande contribuição que o conselho escolar pode dar na mobilização das forças sociais que existem no interior da escola e fora dela.

A escola tem experimentado o fortalecimento do conselho escolar como espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola. Ou seja, essa escola vê o conselho escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Deve-se considerar que os desafios enfrentados pela gestão da escola objeto de análise neste trabalho não são apenas de natureza externa, mas se apresentam também, de maneira marcante, no seu interior, como por exemplo, na falta de disponibilidade dos professores para participarem de reuniões de planejamento, reuniões pedagógica ou de conselho de classe. Geralmente ao final de cada turno muitos precisam sair apressadamente porque trabalham em outras escolas e acabam não tendo tempo para algumas atividades importantes para a vida da escola.

Diante da realidade local ressalta-se também a grande dificuldade encontrada pelos gestores da escola para conseguir envolver a comunidade, mais especificamente os pais dos alunos, no processo de gestão coletiva da escola. Parte do desinteresse dos pais deve-se a falta de escolarização dos mesmos, uma vez que a escola situa-se numa área de periferia e na maioria das famílias o nível de escolaridade dos moradores é baixo, o que leva a valorizar pouco o processo de escolarização dos filhos.

### 3. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo discutir a atuação da gestão escolar na busca da mudança organizacional da Escola Municipal Lindaura Gil para que a mesma proporcione um ensino de alto nível aos seus alunos.

Falar de gestão democrática é falar de autonomia, processo de incentivar a comunidade a participar dos colegiados, sem remuneração, com compromisso, fazendo assembleias onde os conselhos, são eleitos, discutindo e anotando em ata todas as decisões importantes. Isso é cidadania, é importante que todos falem/ouçam.

O conselho abre-se como um espaço para que a comunidade interna e externa possa debater a escola que se tem e a que se quer. Neste contexto, pode-se repensar o papel da escola, sua função social e, até resgatar valores antes esquecidos pela comunidade escolar.

A escola que a comunidade constrói coletivamente reflete os interesses de todos e torna-se objeto de valor para todos. É uma questão vital, um desafio de todo dia, organizar e construir uma escola melhor do que temos, um espaço em que a sociedade; pais, professores, orientadores, alunos possam construir um fazer coletivo. A gestão colegiada ganha sentido quando o conselho atua em conjunto com a direção da escola, participando nas tomadas de decisões, neste sentido, o conselho escolar assume características peculiares na formação de um estado democrático.

Os fundamentos da gestão estão na construção e um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um serviço de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise à superação de um sistema educacional seletivo e excludente, e, ao mesmo tempo que possibilite a inter-relação desses sistemas com o modo de produção e distribuição de riquezas, com a organização da sociedade, com a organização da política, com a definição de papéis do poder público.

A democracia, não é algo que se concede ao outro, é um processo que se realiza e se constrói a partir de mecanismos voltados para a democracia e é um dos primeiros passos nessa direção é a busca pelo conhecimento crítico da realidade existente e a busca dos meios para sua superação. (PARO, 2004, p. 15 – 28)

Devemos compreender que a comunidade escolar precisa se empenhar para elevar o nível intelectual da escola, por meio da gestão participativa e pela inovação do ambiente escolar em todos os aspectos. Para isso, o gestor que exerce importantes atribuições deve gerar em clima de transformação de atitudes e estimular os integrantes da organização escolar

para o seguirem em direção a uma escola reflexiva. Para tanto, investir em práticas de gestão participativa torna-se um caminho eficaz para a concretização da educação de qualidade na sociedade contemporânea.

Como estamos vivendo uma época de transformação, com contornos indefinidos, é preciso ir mais além das políticas de transformação congruentes com as visões ao mundo em que acreditamos. Dialogar e contribuir para uma educação de qualidade, no entanto, é uma tarefa árdua que só poderemos verdadeiramente retomar e realizar coletivamente.

Segundo Veiga (1998) a escola deve ser um espaço em que todos participem do planejamento e execução das ações. Na perspectiva da gestão democrática, tendo em vista um mecanismo que se constitui uma força de atuação preponderante nas questões pedagógicas e de gestão, o PPP se torna uma ferramenta de planejamento coletivo da escola pública, de relevante importância no que se refere a abordagem dos problemas relacionados a sua construção, aprovação e execução no cotidiano da escola, com a participação de toda a comunidade escolar.

#### 4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; democratização da escola e construção da cidadania**. Vol. 1 – Brasília. DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Vol. 7 – Brasília. DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei n° 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Disponível em <http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/pesquisar.do>. Acesso em 20 dez. 2010.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.) Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. 7ª ed. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública**. In: Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004. P. 15 – 28.

SANTOS, Clovis Roberto dos. **O Gestor Educacional de uma Escola de Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002, p. 41.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. 7 ed., Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1998.

**5. ANEXO**

**ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA GIL**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Gelma Aparecida Aguiar Silva

Helenice Martins de Oliveira Caldeira

Janine Lopes da Silva

Luana Lopes Moreira

**Belo Horizonte, 2010**

## **ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA GIL**

### **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado à Disciplina Projeto Vivencial do curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil.

**Belo Horizonte, 2010**

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
2	<b>FINALIDADES DA ESCOLA</b> .....	7
3	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b> .....	8
3.1	Estrutura organizacional administrativa .....	8
3.2	Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
4	<b>CURRÍCULO</b> .....	11
4.1	Plano de Ensino – Ensino Fundamental .....	12
4.2	Plano de Ensino – Educação Infantil.....	17
5	<b>TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR</b> .....	19
5.1	Planejamento.....	20
6	<b>PROCESSO DE DECISÃO</b> .....	22
6.1	Conselho Escolar.....	22
6.2	Conselho de Classe.....	23
6.3	Classificação e Reclassificação.....	23
7	<b>RELAÇÕES DE TRABALHO</b> .....	25
8	<b>AVALIAÇÃO</b> .....	27
8.1	Recuperação.....	28
8.2	Avaliação Institucional.....	29
9	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
10	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

*A educação é projeto, e, mais do que isto, encontro de projetos; encontro muitas vezes difícil, conflitante, angustiante mesmo; todavia altamente provocativo, desafiador, e, porque não dizer, prazeroso, realizador.*

Celso Vasconcellos

Segundo Veiga (1995), um projeto político pedagógico – PPP, ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Neste trajeto, ao definir, identificar e analisar as dificuldades que vão se apresentando, os educadores estabelecem relações, apontam metas e objetivos comuns, define o seu norte e constroem um ensino de qualidade. Desta forma estarão tecendo, no coletivo, o seu fio articulador para o trabalho de toda escola.

Pretendemos refletir e analisar sobre questões do contexto atual da sociedade onde nossa missão educacional será de vivenciar momentos de experiências que revelem nos educandos suas dificuldades, desafios e esperanças.

O presente trabalho tem como objetivo reelaborar a Proposta Pedagógica existente na escola, uma vez que a sua elaboração não contou com a participação efetiva de toda comunidade escolar e o seu resultado não contemplou a realidade da escola.

Busca-se, com este projeto integrar escola, família e comunidade atendendo suas peculiaridades e singularidades com uma educação voltada para a cidadania, oportunizar a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem elementos para uma reflexão constante dos trabalhos desenvolvidos e avaliar a qualidade do mesmo, buscando aperfeiçoamento da ação educativa e refletir as questões de discriminação social existente nas fases da vida dos alunos para reforçar a condução de uma proposta político-pedagógica que privilegie a dimensão fundamental do ser humano.

A Escola Municipal Lindaura Gil, integrante da rede municipal de ensino de Almenara, criada pela Lei Municipal nº 1154 de 13/08/2008, está localizada à Rua Argemiro Aguilar, 1205, Bairro São Judas Tadeu, em Almenara – MG, CEP: 39900-000, telefone: 3721-1936.

O quadro de funcionários da escola é formado por:

- Professores, legalmente habilitados, em nível superior e/ou em nível médio, na modalidade normal;
- Professor Eventual, que trabalhará junto à supervisão pedagógica em atividades de reforço a alunos e na substituição eventual de docentes;

- Bibliotecário, que terá a função de organizar a biblioteca da escola e elaborar projetos de leitura junto à supervisão escolar;
- Diretor, que será o articulador político, pedagógico e administrativo da escola; administrará o patrimônio da escola, zelando suas instalações físicas, equipamentos e materiais, sempre tomando providências necessárias à manutenção e conservação dos mesmos; coordenará a administração pessoal;
- Vice-diretor, que assessorará o Diretor no tocante à pesquisa, ao planejamento, ao controle, coordenação e comando da escola e avaliação do processo educacional e responsabilizar-se-á pela escola na ausência do mesmo;
- Inspetor de Alunos que zelará pela segurança e disciplina individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e evitar acidentes na escola;
- Especialista de Educação (Supervisor Pedagógico e/ou Orientador Educacional) legalmente habilitado e admitido(s) na forma da lei, pela equipe de Serviços Gerais que tem em seu encargo o serviço de manutenção, preservação, segurança e merenda escolar, sendo coordenado e supervisionado pela Direção da escola;
- Secretário Escolar que zelará pela organização e emissão de documentos oficiais da escola.

A E. M. Lindaura Gil foi criada após a desativação do Pré-Escolar Municipal Vila Serrana. A criação do Pré-Escolar Municipal Vila Serrana, segundo o que diz alguns dos funcionários, foi motivada pela Diocese de Almenara por volta de 1983 a 1984, com o apoio do Padre Valdir, que de início funcionava em pequenas casas, até a construção de um prédio modelo pela Diocese.

A finalidade do Pré-Escolar Vila Serrana era atender o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, considerando os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social integrando com a ação familiar. A Pré-Escolar Vila Serrana deixou de fazer parte da Diocese de Almenara e se tornou incumbência do município através da Lei 07/97. Até o ano de 2001 o Pré-Escolar Municipal Vila Serrana funcionava no prédio cedido pela Diocese, por necessidades maiores a Diocese exigiu o prédio e o Pré-Escolar passou a funcionar em prédio alugado.

Devido à crescente demanda de alunos, criou-se, em 2008, a Escola Municipal Lindaura Gil, destinando-se à Educação Infantil (pré-escolar) e ensino fundamental (anos iniciais).

Com a inauguração do 33º Batalhão da Polícia Militar em Almenara, foi devolvido para o município o prédio onde funcionava a Companhia de Polícia da cidade, este mesmo prédio foi destinado às novas instalações da E. M. Lindaura Gil. O prédio é amplo, mas ainda necessita de adaptações para que o mesmo atenda às necessidades de uma escola.

O nome da escola é em homenagem à Senhora Lindaura Gil, de família tradicional da cidade de Almenara. Era uma senhora muito religiosa e segundo relatos da comunidade, era uma pessoa muito caridosa, tendo doado inúmeros terrenos de sua propriedade para construção de casas e órgãos públicos. A escolha do nome foi realizada através de uma plenária com a comunidade do bairro que a escolheu quase que por unanimidade. O Pré-Escolar Vila Serrana foi desativado no ano de 2008 e a Senhora Lindaura Gil foi homenageada com a **“ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA GIL”**.

A escola está localizada numa comunidade com baixo poder aquisitivo, enorme índice de criminalidade e alto índice de analfabetismo por parte dos pais dos alunos. As crianças, geralmente, apresentam baixa nutrição e muita carência afetiva, devido à falta de assistência por parte dos pais que na sua maioria têm problemas com álcool. A escola atende, atualmente, um total de 381 (trezentos e oitenta e um) alunos, sendo 161 (cento e sessenta e um) alunos da Educação Infantil e 220 (duzentos e vinte) alunos do Ensino Fundamental.

O Projeto Político Pedagógico da **ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA GIL**, que terá validade a partir de sua autorização pela Secretaria Estadual de Educação/MG, se baseará principalmente na contribuição para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que sejam levadas em consideração a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero social e cultural de nossas crianças, tendo seu foco principal voltado para a alfabetização.

## 2. FINALIDADES DA ESCOLA

*A finalidade da Escola é possibilitar que os alunos adquiram os conhecimentos da ciência e da tecnologia, desenvolvam as **habilidades** para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e as atitudes sociais - cooperação, solidariedade, ética -, tendo sempre como horizonte colocar os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade.*

Selma Garrido Pimenta

A luta pela universalização da alfabetização para crianças ocupou lugar central na política educacional da nossa proposta pedagógica, diante dos problemas educacionais que enfrentamos na área da alfabetização, onde se percebe a necessidade de reorganizar a estrutura das escolas, as formas de gestão, os ambientes, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação de modo que as crianças se sintam inseridas e acolhidas em um ambiente prazeroso e propício à aprendizagem. A E. M. Lindaura Gil tem como objetivo sanar o déficit de aprendizagem de nossas crianças.

A nossa escola, partindo do princípio de sua organização, tem como finalidades:

- promover a diversidade cultural, integrando pluralidade sem distinção de raça, cor, credo, gênero ou situação social.
- refletir e analisar sobre questões do contexto atual da sociedade onde nossa missão educacional será de vivenciar momentos de experiências que revelem nos educandos suas dificuldades, desafios e esperanças.

A nossa escola deseja ser pautada, num espírito de solidariedade, diálogo e justiça com a pretensão de acolher as crianças, famílias e comunidade com comprometimento, valorização e entusiasmo. Desejamos ter práticas pedagógicas inovadoras, onde o aluno seja o sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, no qual ele também possa reconhecer-se e desenvolver-se criticamente e criativamente, desenvolvendo senso crítico e participativo.

Nossa proposta tem a pretensão de se constituir num pacto político-pedagógico coletivo, envolvendo educadores e comunidade escolar e passará a funcionar como o referencial de orientação ao trabalho educativo e como importante marco teórico para o esforço coletivo de oferecer um ensino de qualidade, compatível com as reais aspirações, necessidades e possibilidades de nossos alunos e será adequado à realidade em que a escola se acha inserida.

A nossa escola será ministrada de acordo com as leis que regem a educação.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A organização pode ser fonte de aprendizagens importantes para a vida e para uma escola compromissada com uma educação de qualidade, valorizando o processo ensino-aprendizagem.

A escola se põe diante de grandes desafios, uma vez que os fatores econômicos e sociais interferem diretamente na vida escolar dos educandos, além da baixíssima participação familiar, dificuldades na escrita, leitura, interpretação, ocorrendo assim um grande índice de reprovação e até mesmo evasão escolar.

Sendo assim, para promover o sucesso e a autonomia da escola é preciso transformar teoria em prática, trabalhar em grupo, valorizando o coletivo no sentido de cooperar e ajudar a construir uma educação de qualidade, garantindo que todos aprendam.

#### **3.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal Lindaura Gil, está organizada em um espaço escolar aconchegante, porém, pouco equipada, adaptada e pouco preparada para receber crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, mas, isso não impede a instituição de firmar compromisso com a sociedade de oferecer uma educação de qualidade.

A escola funciona em 02 turnos: matutino de 7:00h às 11:30h com 09 turmas, do 1º período da Educação Infantil ao 2º ano do Ensino Fundamental, vespertino de 13:00h às 17:30h com 09 turmas, do 1º período da Educação Infantil ao 2º ano do Ensino Fundamental.

A estrutura física da Escola Municipal Lindaura Gil, está assim organizada: 09 salas de aulas, 01 secretaria, 01 biblioteca, 01 sala para professores, 01 cantina, 01 depósito, banheiros masculino e feminino, 01 quadra esportiva sem cobertura, a mesma é utilizada para realizar algumas atividades como: teatro, dança e atividades recreativas para a Educação Infantil. Quanto aos recursos tecnológicos disponibilizados na escola são eles: 01 DVD, 01 televisão de 29", e a recente conquista de 10 computadores para montar um laboratório de informática, inserindo assim os funcionários e alunos nesse mundo tecnológico.

O quadro pessoal da Escola Municipal Lindaura Gil é composto por 34 funcionários, sendo que 21 desses funcionários são efetivos. Temos ainda 01 diretor, 01 vice diretor, 18 professores regentes de turma, 02 professores eventuais, 02 especialistas (supervisor/

orientador), 01 professor de educação física, 01 professor de educação religiosa, 01 auxiliar de secretaria, 01 inspetor de aluno e 06 auxiliares de serviços gerais.

A merenda escolar é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação.

Os materiais didáticos para uso dos profissionais e educando, também são mantidos pela Secretaria Municipal de Educação uma vez que a escola não dispõe de recursos próprios para sua manutenção.

O tempo destinado à organização pedagógica é estruturado conforme às exigências da lei 9394/96 e resoluções da SEE (Secretaria Estadual de Educação). O calendário deverá ser elaborado no início do ano letivo com a participação de todos os profissionais da educação contendo então 200 dias letivos; 05 dias por semana; 40 semanas letivas; 30 minutos de recreio; 50 minutos cada módulo aula (Educação Física, Língua Inglesa e Educação religiosa); 4 hs e 30 minutos cada turno.

### **3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A organização pedagógica deve fazer parte da rotina da escola, uma vez que demonstra compromisso e seriedade com o trabalho e com uma educação de qualidade.

O planejamento escolar da Escola Municipal Lindaura Gil é feito bimestralmente com a participação dos professores, diretor, vice-diretor, supervisor e orientador, valorizando o conhecimento prévio dos alunos e adaptado à realidade em que estão inseridos e preparando esses alunos para o mundo.

O conselho de classe é realizado no final de cada bimestre e analisado minuciosamente a vida escolar de cada aluno e sempre que necessário serão feitas reuniões com os professores para rever o processo ensino-aprendizagem.

A escola ainda conta com o apoio de 02 professores de reforço que atendem os alunos que não alcançaram os objetivos de ensino proposto no decorrer de cada bimestre.

A recuperação, na Escola Municipal Lindaura Gil, é paralela e contínua acontecendo assim, no decorrer de todo ano letivo, recuperando então sua média de nota e enriquecendo o processo de aprendizagem, além de dá ao aluno a oportunidade de obter sucesso no final do ano.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados para colocar todos os alunos em condições de prosseguir com sucesso os estudos.

As atividades de ensino e aprendizagem são acompanhadas pela supervisora e a mesma auxilia e incentiva o corpo docente a usar a criatividade e mudar a prática pedagógica sempre que necessário, a supervisora juntamente com a orientadora ainda elaboram fichas de acompanhamento e relatórios para cada aluno, registrando assim os avanços ou possíveis recuos dos educandos no decorrer do ano letivo, além de sempre realizar reuniões com os pais.

Articulando assim o trabalho pedagógico da escola, integrando e interagindo todo corpo docente, alunos e familiares.

#### 4. CURRÍCULO

A Escola Municipal Lindaura Gil garante igualdade de acesso a todos os alunos e aos conteúdos da Base Nacional Comum, de maneira a legitimar seu direito à escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Na parte diversificada, de acordo com as necessidades dos alunos, a escola optou pelo ensino da língua estrangeira moderna (Inglês).

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de Temas Transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

Como previsto na Lei 9394/96, o currículo deste estabelecimento compõe-se de uma Base Nacional Comum e de uma parte diversificada.

As disciplinas da Base Nacional Comum são, no Ensino Fundamental, obrigatoriamente ministrados em todos os anos de escolaridade:

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- Ciências;
- Geografia;
- História;
- Ensino Religioso;
- Artes;
- Educação Física
- Língua Inglesa (Parte diversificada)

A Escola Municipal Lindaura Gil segue o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que define dois âmbitos de experiências: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. É preciso ressaltar que esta organização possui um caráter instrumental e didático, devendo, os professores, ter consciência em sua prática educativa, que a construção de conhecimentos se processa de maneira integrada e global e que há inter-relações entre os diferentes âmbitos a serem trabalhados com as crianças.

O âmbito de Formação Pessoal e Social refere-se às experiências que favorecem, prioritariamente, a construção do sujeito. Estão organizados de forma a explicitar as complexas questões que envolvem o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva das crianças, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas. O trabalho com este âmbito pretende que as instituições possam oferecer condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança. Este âmbito abarca um eixo de trabalho denominado Identidade e autonomia. (Referencial Curricular de Educação Infantil)

O âmbito de Conhecimento de Mundo refere-se à construção das diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento. Este âmbito traz uma ênfase na relação das crianças com alguns aspectos da cultura.

O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propicia a interação com os outros e facilitam a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos. Incide sobre aspectos essenciais do desenvolvimento e da aprendizagem e engloba instrumentos fundamentais para as crianças continuarem a aprender ao longo da vida.

Destacam-se os seguintes eixos de trabalho, previstos no Referencial Curricular da Educação Infantil (1998): **Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática.**

Estes eixos estão previstos no Referencial Curricular de Educação Infantil por se constituírem em uma parcela significativa da produção cultural humana que amplia e enriquece as condições de inserção das crianças na sociedade.

#### **4.1 - Plano de Ensino - Ensino Fundamental**

##### **4.1.2 Língua Portuguesa**

Os conteúdos dos currículos e programas assim como as práticas de ensino, devem ser selecionados em função da aquisição e desenvolvimento das competências e habilidades de uso da língua e da reflexão sobre esse uso, e não em função do domínio de conceitos e classificações como fins em si mesmos. Assim, devem compor o currículo da disciplina aqueles conteúdos considerados essenciais à vida em sociedade, por isso, ao ensiná-los, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

### **4.1.3 Matemática**

A finalidade da Matemática no Ensino Fundamental é facilitar a estruturação e o desenvolvimento do pensamento do(a) aluno(a) e para a formação básica de sua cidadania, é importante que a Matemática desempenhe, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento, na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares.

### **4.1.3 Ciências**

Os objetivos de Ciências Naturais no ensino fundamental são concebidos para que o aluno desenvolva competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valorização dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

### **4.1.4 Geografia**

Os conteúdos estruturantes devem ser abordados de forma crítica e dinâmica de maneira que a teoria, prática e a realidade estejam interligadas em coerência com os fundamentos teórico-metodológicos. Para o desenvolvimento do trabalho pedagógico de geografia, torna-se necessário compreender o espaço geográfico e seus conceitos básicos e as relações sócio-espaciais nas diferentes escaladas (local, regional e global). Esses conteúdos devem ser aplicados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico da disciplina para a compreensão nas diferentes escalas geográficas.

### **4.1.6 História**

Espera-se que ao longo do ensino fundamental os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações. O eixo temático remete para o estudo de questões sociais relacionadas à realidade dos alunos; acontecimentos históricos e suas relações e durações no tempo; discernimento de sujeitos históricos como agentes de transformações e/ou permanências sociais; abordagens históricas e suas aproximações e diferenças; e conceitos históricos e seus contextos.

#### **4.1.7 Arte**

No transcorrer do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

#### **4.1.8 Educação Física**

Educação Física traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física nas escolas. Espera-se que ao final da primeira etapa do ensino fundamental os alunos sejam capazes de:

- participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência;

- conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais;
- reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva;
- solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;
- conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

#### **4.1.9 Língua Estrangeira Moderna (Inglês)**

Aprender uma outra cultura e outra língua é muito enriquecedor para os alunos. O ensino de Língua Estrangeira (Inglês) nos anos iniciais, é um diferencial das escolas municipais fazendo parte da grade curricular para os anos iniciais do ensino fundamental, uma vez que é obrigatório somente a partir do 6º ano de escolaridade.

O ensino de língua inglesa tem por objetivo:

- despertar e estimular o gosto pela aprendizagem do inglês, conscientizando o aluno sobre a importância da aquisição de outras línguas;

- possibilitar a aquisição e uso correto do vocabulário e das estruturas lingüísticas próprias de cada língua;
- propiciar a reflexão sobre costumes e maneiras de agir das pessoas de outros países, evidenciando a função social da língua;
- familiarizar o aluno com a existência de outras línguas e situá-lo geograficamente, estabelecendo a relação entre o seu país e os países que falam a língua inglesa e espanhola;
- apresentar e desenvolver um quadro de vocabulário relativo ao mundo cotidiano do aluno;
- proporcionar ao aluno oportunidades de interação e utilização do vocabulário.

#### **4.1.10 Ensino Religioso**

As instituições religiosas têm seus programas de Educação religiosa que visam suas doutrinas aos seus fiéis, portanto a prática do ensino religioso nas escolas precisa de uma definição bem clara de seus objetivos, antes mesmo da elaboração de seu currículo. A elaboração de um currículo depende em muito da realidade vivencial (contexto) em que está sendo elaborado. Quando pensamos em ensino religioso podemos seguir a linha da história das religiões, das doutrinas religiosas, da teologia cristã, da ética e cidadania, enfim, existe um universo de abordagens que precisará passar por um crivo bem idôneo em diversos níveis.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos desenvolvam as capacidades de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer

discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

- Questionar a realidade formulando problemas a si mesmo e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise e crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação dentro de requisitos éticos.

## **4.2 Plano de Ensino - Educação Infantil**

### **4.2.1 – Artes Visuais**

O trabalho com o conhecimento artístico deve propiciar à criança oportunidades para que conheça os aspectos mais significativos da cultura e suas diversas manifestações, conhecendo os conteúdos necessários à apreciação e produções artísticas.

### **4.2.2 – Identidade e Autonomia**

O trabalho com o conhecimento sobre identidade e autonomia deve propiciar à criança ser capaz de se cuidar, se relacionar e se comunicar por meio de diferentes sistemas simbólicos. Aprender viver e conviver no espaço escolar, respeitando e sendo respeitado.

### **4.2.3 – Matemática**

O trabalho com o conhecimento matemático deve propiciar à criança diversas possibilidades para compreenderem a função do número e quantidade para poderem utilizar em diversas situações significativas na sala de aula, assim as crianças lidam com mais facilidade com as quantidades, noções de números, medidas de maneira espontânea e mediada de forma coerente e correta.

### **4.2.4 – Movimento**

O trabalho com o movimento deve explorar gestos, posturas e ritmos para expressar-se e comunicar-se na relação com a brincadeira, com o jogo, com si mesma, com outras crianças e com o meio em que vivem. Noção do próprio corpo para desenvolver o equilíbrio e noção espacial, para a construção da identidade.

#### **4.2.5 – Música**

O trabalho com o conhecimento sobre música deve incentivar as crianças a terem contato com a linguagem musical, para expressar-se, representar e comunicar-se interagindo com o grupo de maneira significativa e espontânea e também possibilitar momentos de alegria e prazer através da música.

#### **4.2.6 – Natureza e Sociedade**

O trabalho com o conhecimento sobre natureza e sociedade deve oportunizar as crianças que ampliem suas experiências, favorecendo a construção do conhecimento sobre o mundo social e natural.

#### **4.2.7 – Linguagem Oral e Escrita**

O trabalho com o conhecimento da linguagem oral e escrita deve oportunizar as crianças ampliarem suas capacidades de comunicação oral para progredirem de forma significativa no processo de aquisição das inúmeras possibilidades da linguagem escrita e oportunizar a compreensão da idéia de representação da linguagem escrita, entender com significado que a forma que falamos pode ser escrita.

## 5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

De acordo com a Orientação SEE nº 1/2004, que operacionaliza a Resolução SEE 469/2003, hoje revogada pela Resolução SEE 1086/2008, “a organização do tempo escolar tem em sua constituição uma rotina flexível e adequada à criança como um instrumento facilitador do ensino e da aprendizagem”.

Parece ser tão óbvio o tema tempo escolar, pois, discutimos o calendário escolar, planejamos nossas aulas diariamente, buscamos tempo para reuniões, vemos gerações e gerações serem passadas dentro da escola e nos esquecemos que tempo escolar está quase ausente das pesquisas educacionais devendo ser tema abordado dentro das instituições escolares e abordado no Projeto Político Pedagógico.

O tempo escolar deve obedecer à legislação vigente para garantir os direitos dos alunos. Diante disso a Escola Municipal Lindaura Gil atenderá às crianças de 04 e 05 anos na Educação Infantil e crianças de 06 a 10 anos no Ensino Fundamental, das 07: às 11:30 e de 13:00 às 17:30, professores com carga horária semanal de 20 horas trabalhadas, diretor com carga horária semanal de 40 horas trabalhadas e supervisor com carga horária de 30 horas semanais trabalhadas. Todas as funções são distribuídas de acordo atribuições específicas de cada cargo.

A carga horária mínima anual será de 800 horas, distribuídas em um mínimo de 200 dias letivos.

A sala de aula receberá de acordo com a Resolução 449/2002 do CEE/MG, no artigo 14, inciso I, um aluno por metro quadrado, aluno este recebido através de matrícula escolar previamente estabelecida pela secretaria e divulgada com 30 dias de antecedência, sendo resguardada a vaga dos alunos que já estudam na escola, frente à renovação de matrículas.

O Calendário escolar deverá ser pré-estabelecido pela Secretaria de Educação e estruturado pelos profissionais da escola, contendo início e término do ano letivo e deverá ter:

- o mínimo 200 (duzentos) dias letivos;
- 05 dias escolares;
- 40 semanas letivas
- Período de férias e de recesso escolar;
- Reuniões pedagógicas;
- Reunião de pais;
- Conselho de Classe;

- Período de planejamento pedagógico;
- Capacitação de professores.
- Feriados
- Programação Cultural e Pedagógica;

A direção da Escola Municipal Lindaura Gil terá autonomia para convocar reuniões pedagógicas e administrativas desde que não fira a carga horária dos alunos e professores.

## 5.1 - Planejamento

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001).

Na Escola Municipal Lindaura Gil haverá:

- **Planejamento Escolar**, onde professores, funcionários, pais e alunos participarão do processo de tomada de decisão (Colegiado Escolar – representante da comunidade escolar). Este tipo de planejamento terá como meta definir os objetivos e prioridades da escola; organização no que se refere ao quadro curricular e carga horária nos diversos componentes do currículo; calendário escolar; critério de agrupamento dos alunos; definição do sistema de avaliação, contendo normas para a adaptação, recuperação, reposição de aulas, etc.; avaliação externa e auto-avaliação, programação de atividades curriculares, datas comemorativas; rever a atribuição de funções a todos os participantes da equipe escolar: direção, corpo docente, corpo discente, equipe pedagógica, equipe administrativa, equipe de limpeza e outros.
- **Planejamento de Curso**, que é a previsão do trabalho docente e discente para o ano ou semestre letivos. Na elaboração do plano de curso o professor irá:
- levantar dados sobre as condições dos alunos, fazendo uma sondagem inicial;

- propor objetivos gerais e definir os objetivos específicos a serem atingidos durante o período letivo;
  - indicar os conteúdos a serem desenvolvidos durante o período;
  - estabelecer atividades e procedimentos de ensino e aprendizagem adequados aos objetivos e conteúdos propostos;
  - selecionar e indicar os recursos a serem utilizados;
  - escolher e determinar as formas de avaliação mais coerente com os objetivos definidos e os conteúdos a serem desenvolvidos.
- 
- **Planejamento de aula**, onde o professor ira especificar e operacionalizar os procedimentos diários para a concretização do plano de curso. É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem em um dia letivo, em que professor e aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem.

## **6. PROCESSO DE DECISÃO**

A gerencia surgiu desde as épocas mais primitivas quando por sua vez surgiu a necessidade de resolver interesses comuns, como por exemplo na família onde conviviam, na tribo em que estavam inseridos na ou no grupo religioso que pertenciam e enfim deu abrangência para logo mais tarde com a evolução nos municípios, nos estados e por fim nos países.

Com o tempo foram surgindo maneiras mais modernas de gerir, como por exemplo, democratizar a gestão onde o bem comum se torna uma problemática que deve envolver a todos os cidadãos.

Na escola Municipal Lindaura Gil as decisões são tomadas coletivamente visando o bem comum entre professores e alunos.

### **6.1 – Conselho Escolar**

Segundo Libâneo (2001:79), a participação e o envolvimento da comunidade é um importante meio de se assegurar a gestão democrática da escola, pois possibilita o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar, alertando que não deve ser vista, somente como imposição legal, mas como um instrumento de tomada de decisão coletiva, por isso deve-se avançar no sentido da escola se tornar um espaço público, onde as relações e as tomadas de decisão devem ser efetivadas de forma transparentes e coletivamente, pois o Conselho Escolar é um órgão coletivo, consultivo e fiscalizador que deverá atuar nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. Como órgão coletivo, deverá adotar a gestão participativa e democrática da escola, a tomada de decisão consensual, visando à melhoria da qualidade do ensino. O Conselho Escolar deverá ser constituído pelo diretor da escola e por representantes dos segmentos de professores, coordenadores pedagógicos, funcionários, alunos, pais ou responsáveis legais pelos alunos.

A escola deverá estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. Este deverá zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino.

O Conselho Escolar deverá fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à escola e discutir o projeto pedagógico com a direção e os professores.

Concordo com PARO (1998), quando afirma que a participação democrática não se dá de forma espontânea, mas sim gradativamente, cabendo a instituição viabilizar práticas participativas dentro da escola pública, dando oportunidade à comunidade de exercer sua cidadania e mostrando para toda sociedade que educação não se faz sozinho, mas sim coletivamente visando a qualidade de ensino, bem como melhorias na rede pública de ensino.

## **6.2 - Conselho de Classe**

O conselho de classe é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe da escola, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor–aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Não está nas possibilidades da escola mudar as características de vida dos alunos ou de suas famílias, mas, a escola pode e deve mudar as formas e condições do serviço prestado, conforme as características dos alunos. (PENIN, 1992:90).

No Conselho de Classe deverão se reunir supervisores, orientadores, e professores para discutirem sobre a aprendizagem, desempenho e os resultados das avaliações dos alunos bimestralmente, com o objetivo de encontrar as dificuldades dos alunos e dos professores em sua regência, buscando a reformulação de suas práticas a partir das discussões feitas nas reuniões de conselho de classe.

## **6.2 - Classificação e Reclassificação**

Classificar significa posicionar o aluno no ano de escolaridade compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A classificação do aluno em qualquer ano, exceto a primeira do Ensino Fundamental pode ser feita:

- Por Promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria escola;
- Por Transferência, para alunos procedentes de outras escolas;
- Por Avaliação – independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano de escolaridade adequado, bem como para o aluno que tenha ausência de registro no primeiro semestre, será amparado pela

classificação por avaliação, de acordo aos incisos I e VI do artigo 24 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Reclassificar significa reposicionar o aluno no ano de escolaridade diferente daquela indicada em seu histórico escolar e pode ser feita quando ocorrer avanço; aceleração e transferência – indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino.

A aceleração de estudos será oferecida para propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade.

O avanço escolar, oferecido nesta escola, propiciará ao aluno que apresente nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo o ano de escolaridade. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência.

Será oferecido aos alunos desta Escola a possibilidade de aproveitamento de estudos, feito mediante apresentação de documento escolar referentes às séries/períodos nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais.

O aluno terá a possibilidade de reclassificação por frequência, ou seja, no caso de desempenho satisfatório do aluno e frequência inferior a 75%, no final do ano letivo, a escola poderá usar este recurso para posicionar o aluno no período seguinte, caso obtiver média de 50% (cinquenta por cento) em todas as provas aplicadas (de todas as disciplinas)

- a reclassificação poderá ser sugerida pelo próprio aluno ou pelos professores ao acompanhar o avanço da aprendizagem do aluno em relação à turma.
- a classificação/reclassificação será permitida sua aplicabilidade até abril de cada ano em curso.

Após o resultado da Classificação e da Reclassificação, as avaliações serão arquivadas na pasta individual do aluno e registrada na ata da escola o resultado final assinada por todos os integrantes da comissão composta pelo Diretor Escolar, Supervisor Pedagógico e Professor.

A Comissão responsável pelo processo de Classificação e Reclassificação, organizará procedimentos didáticos orientados para que o professor possa receber este aluno, visando integrá-lo da melhor maneira possível ao conteúdo e ritmo da turma.

Todos esses processos são essenciais para que o sucesso dos alunos e da escola seja pleno visando sempre a aprendizagem e o bem estar dos alunos no âmbito escolar.

## 7. RELAÇÕES DE TRABALHO

*Tolerar a existência do outro, é permitir que ele seja diferente, ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas, da qual estiverem excluídos a tolerância e a intolerância.*

José Saramago

A Escola Municipal Lindaura Gil, juntamente com os professores, funcionários, supervisor(a), orientador(a), diretor(a), vice-diretor(a) e comunidade escolar, desenvolve um trabalho voltado para a formação intelectual, social, moral, política de seus alunos em caráter democrático, inclusive em parceria com a família. Onde todos os profissionais são abertos, capazes de trabalhar em equipe, ser líder democrático, político no sentido de lutar pelo bem comum.

A Escola Municipal Lindaura Gil trabalha considerando a diversidade e as diferenças entre os sujeitos, possibilitando o trabalho coletivo na medida em que são construídos espaços de vivência e convivência. Os assuntos são abordados através de palestras, com temas do interesse público, encontros e confraternizações, reuniões bimestrais e individualizadas para tratar de assuntos dos interesses de todos(as) buscando informações sobre a saúde, alimentação, atitudes e ambiente familiar, desempenho escolar, encaminhamentos para nutricionistas, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, oftalmologistas, odontologistas, etc.

A comunidade escolar participa em todos os âmbitos da gestão: planejando, executando, acompanhando, avaliando as atividades que exigem a participação plena de todos(as). O trabalho é transparente, dá oportunidade a todos de opinar, questionar e sugerir, tendo como resultado o rendimento na prática pedagógica e demais segmentos.

Uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar, gestão esta, mediada pelos princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.

Nessa parceria família-escola, é fundamental que haja coerência de mensagens que são transmitidas à criança. O diálogo e a troca de informações e de idéias na Escola Municipal Lindaura Gil é percebida através da intervenção de pais e mães, auxiliando na melhoria do trabalho desenvolvido.

Treinamentos, cursos de aperfeiçoamento pessoal, avaliação contínua e permanente, grupos de discussão, valorização do professor são ações que possibilitarão o desenvolvimento

peçoal e profiſſional de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem e ajudarão efetivamente nas relações interpessoais dentro e fora da unidade escolar.

## 8. AVALIAÇÃO

A avaliação contribui para ajudar a alcançar os objetivos do trabalho pedagógico, ela é necessária, ao longo de todo desenvolvimento de um projeto, a fim de explicar os resultados que vão sendo conseguidos, sejam eles negativos ou positivos. É um diagnóstico obtido durante o trabalho em desenvolvimento, oferecendo subsídios ao Projeto Político Pedagógico, fornecendo informações suficientes sobre as dificuldades e necessidades dos alunos.

Neste sentido, além da avaliação dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não docentes.

A avaliação promovida pela Escola Municipal Lindaura Gil, acontecerá com a participação ativa coordenada pelo Conselho Escolar, quanto ao contexto social no qual a escola está inserida; quanto às condições da escola para uma aprendizagem relevante; quanto aos mecanismos utilizados na gestão democrática da escola; quanto à atuação dos professores no processo educativo; quanto ao desempenho escolar dos estudantes.

A avaliação deverá mostrar o que a escola deverá fazer para obter as notas/menções dos estudantes, para adquirir dados sobre a ação dos professores, informações sobre a escola, para verificar a realidade social em que a escola está inserida, completando e ampliando a visão global que se deseja obter. Esta preocupação estende-se às famílias, procurando estabelecer uma parceria baseada em confiança e reciprocidade, para construir um espaço que realmente propicie discussões, reflexões e a inserção dos alunos no seu interior.

No processo de avaliação, a escola precisa levar em conta os resultados das avaliações institucionais: SAEB, SIMAVE, PROEB, Provinha Brasil e as avaliações desenvolvidas pela escola, verificando o desempenho da escola e propondo ações para sua melhoria, indicando o cronograma para o desenvolvimento dessas ações e a responsabilidade dos diversos segmentos e usando mecanismos para a coleta de dados e informações para avaliação: entrevista, questionário e observação.

Os registros, das avaliações dos alunos da **Educação Infantil e do 1.º ano do ensino fundamental** serão feitos por meio de ficha descritiva, com no mínimo 04 (quatro) registros anuais – bimestral, conforme calendário escolar e serão expressos, em cada área de conhecimento, através de conceitos:

- A – Domina totalmente
- B – Domina parcialmente

- C – Não domina.

Do **2º ao 5º ano do Ensino Fundamental**, os registros das avaliações serão através de notas.

- I - Para efeito de aprovação, o aluno deverá alcançar a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo.
- II - Os registros das avaliações serão divididos em períodos bimestrais segundo o calendário escolar.

1º bimestre – 20 pontos	média – 12 pontos
2º bimestre – 25 pontos	média – 15 pontos
3º bimestre – 25 pontos	média – 15 pontos
4º bimestre – 30 pontos	média – 18 pontos

### **8.1 - Recuperação**

Os estudos de recuperação da aprendizagem serão oferecidos de forma contínua e paralela ao longo do período letivo. A escola buscará orientação, junto aos especialistas, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todos os alunos em condições de prosseguir os estudos. As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar sua média de notas como para enriquecer o processo de aprendizagem.

A partir dos resultados da avaliação contínua, poderão ser organizados reagrupamentos dinâmicos para atendimento dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem. Esses grupos deverão ser temporários e rotativos com garantia de reinserção nas atividades coletivas e cotidianas da classe.

Diferentes possibilidades poderão ser consideradas nesse sentido:

- reagrupamento dos alunos na própria classe, em determinado horário, tendo em vista a realização de um trabalho independente pela maioria da turma, enquanto o professor trabalha junto ao grupo;
- reagrupamento dos alunos, em determinados dias/horários previamente combinados e envolvendo várias turmas, para o desenvolvimento de atividades diferenciadas, cada professor atendendo a uma necessidade;

- reagrupamento de alunos para atendimento em tempo integral, a partir de planejamento específico da escola;
- atendimento dos alunos em suas necessidades específicas por meio de voluntários da comunidade ou de parcerias;

Os estudos de recuperação destinam-se aos alunos: de todos os anos do Ensino Fundamental exceto o 1.º ano, que não obtiveram a média bimestral prevista; não terá limite o número de disciplinas a serem recuperadas nos quatro bimestres; caso o aluno obtenha a média do 4º bimestre e com o somatório dos demais bimestres não seja suficiente para aprovação, poderá o aluno fazer a recuperação do 4º bimestre dentro dos mesmos critérios.

Para do 1.º ano do Ensino Fundamental, os alunos deverão ser recuperados de acordo com a necessidade, mas sem o objetivo de conseguir média bimestral para aprovação, pois estes não ficarão retidos.

Após a recuperação prevalecerão os pontos obtidos alcançados pelo aluno de maior valor até o limite da média de cada bimestre. Apenas no 4º bimestre os pontos obtidos durante a recuperação poderão ser maiores que os da média deste bimestre.

Nas disciplinas Ensino Religioso, Arte, e demais disciplinas da parte diversificada, os alunos não poderão ficar retidos na série/período, mas deverão ser recuperados, bimestralmente.

Deverá constar na pasta individual do aluno e no diário de classe relatórios emitida pelo conselho de classe com as medidas tomadas para a promoção do aluno.

Os processos de avaliação devem, em todas as instâncias e momentos da vida escolar, ser compreendidos como uma estratégia para realizar diagnósticos, fornecer informações criteriosas, identificar problemas e contribuir para o redirecionamento do processo educativo. A avaliação educacional tem um papel decisivo na construção da Escola Democrática, inclusiva e, portanto, de qualidade para todos.

## **8.2 Avaliação Institucional**

Indicadores bem concebidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...), então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente. (SOUZA. ET AL. APUD DARLING; HAMMOND E ASCHER, S/D)

A avaliação da aprendizagem serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. Desta forma, todo o processo da avaliação institucional, torna-se necessário a criação de oportunidades para freqüentes trocas de idéias, de inovações e criação conjunta no trabalho, motivação da equipe da escola como um todo, controle e feedback para certificar-se da coerência entre o que é teoria e o que realmente se transforma em prática e orientar as ações pedagógicas para a promoção da aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento profissional do educador.

A avaliação diz respeito também ao aluno e à família. Quanto mais democratizada for a ação avaliativa mais possibilidades de benefício o aluno terá. A avaliação dá suporte a ação educativa, facilita o planejamento do professor e garante a existência de interações produtivas entre educador e educando, assim como entre educandos.

A avaliação institucional tem como principais funções produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma característica que fundamenta a Escola e que deve ser expressa em sua proposta é a flexibilidade.

Não há como enrijecer as estruturas escolares, porque a escola é um universo de relações de diferentes atores, num mundo de transformações constantes e aceleradas. Os alunos, por mais humildes que sejam, suas origens, são confrontados por este novo mundo planetarizado, tecnicizado e mutante, buscando fora da escola os modos de como ele conviver ou de enfrentá-lo.

É pensando nisto que elaboramos nossa proposta de modo a permitir revisões, adaptações e mudanças sempre que necessário. Trata-se, portanto de uma proposta em construção, aberta ao novo e vinculadas a planos, programas e projetos que poderão ser mantidos, inibidos ou desativados.

O que será resguardado, portanto, será a garantia de oportunidades educativas para o atendimento das necessidades básicas dos alunos e o respeito à cidadania.

## 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: MEC/COLTED, 1968

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 3. Brasília: 1998.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. Goiânia. Editora Alternativa, 2001.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. Ática, 2002.

PENIN, Sônia T. S. **Educação Básica a construção do sucesso escolar**. Em Aberto, Brasília, nº 53, 1992.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Et al. **Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25.08.2010.